

ELEIÇÕES. Outras 22 legendas estão na fila para conseguir um registro

Crise política não impede criação de novos partidos

Novas legendas vão na contramão do cenário de corrupção e da reforma política; para especialistas, partidos surgem para barganhar cargos

MARCOS RODRIGUES
REPORTER

Os casos de corrupção que tomam conta do noticiário local e nacional escondem um aspecto pouco observado pela maioria das pessoas: os envolvidos são filiados a grandes ou pequenos partidos. Integram as estruturas de poder a partir de alianças firmadas antes e durante a gestão.

Ao todo, no país, 35 siglas partidárias estão em condições de disputar eleições e a "fatiar" os R\$ 867,6 milhões previstos para este ano do Fundo Partidário. De olho nesses recursos e na expectativa de ocuparem cargos de segundo e terceiros escalões nos governos de qualquer esfera, outros 22 partidos esperam na fila para buscarem registro.

Tal fragmentação tem preocupado lideranças sociais, integrantes dos poderes constituídos e até a universidade. Isto porque, mesmo sobrevivendo a partir do critério democrático da representatividade, estão "matando-a" aos poucos no inconsciente popular.

Ao ponto de coexistir, até hoje, nas redes sociais e em guetos País afora, os defensores da ditadura,

que querem por fim a "liberdade" desenfreada e reduzir a representatividade.

Mas o País já foi assim e, nem por isso, conteve a roubalheira. Pior, deu margem a que não fosse revelada por não haver outra liberdade importante: a de expressão.

REFORMA

Para o advogado e militante social, Adriano Argolo, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), o quadro é grave, mas "nem oito, nem oitenta".

Conforme avalia o atual cenário, poderia ter sido modificado com uma reforma política que incluisse de forma coerente cláusulas de barreira, que fossem além da representatividade parlamentar.

"Temos uma posição defendida, nacionalmente, sobre isso. No Brasil há uma fábrica de partidos. Defendemos uma reforma política séria e com discussão ampla na sociedade", defendeu Argolo.

Ex-militante partidário de esquerda, hoje ele acredita que a força está nos movimentos sociais organizados como representativos e com poder de pressão.

"Não creio que os atuais 35 partidos tenham ra-



RICARDO LÉDO - ARQUIVO GA

Para Luciana Santana, a variedade de siglas "tem atrapalhado do ponto de vista institucional" o andamento do governo Dilma

zão de existir. Não há tanta demanda assim que passe por eles. O problema atual é que precisamos impedir os espertalhões ditos donos dos partidos. Isso está virando meio de vida para muita gente. Cria um ambiente perfeito para o toma lá, dá cá", apontou o integrante do MCCE.

Argolo defende que com cláusulas rígidas e um controle social, com a presença do Judiciário – desde que seja mais democrático também – deve-se ajudar a construir a ideia de um Conselho Político Social da República.

DIVISÃO

Com a atual conjuntura política, a professora de Ciência Política da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Luciana Santana, acha que a multiplica-

ção de siglas "tem atrapalhado do ponto de vista institucional" o andamento do governo.

"Isso porque nenhum grande partido consegue fazer maioria e precisa chamar todos os aliados para dentro do governo. Isso obriga a acomodação nos segundo e terceiros escalões, com o aumento de cargos, funções, coordenações, diretorias e repartições que no fim abrem brecha para a corrupção por conta da dificuldade

de controle", analisa.

GOVERNABILIDADE

Ela lembra que até a "Era FHC" ainda foi possível governar e dividir o governo com até cinco partidos. Mas a cada ano as divisões das legendas foram dando origem a uma infinidade de partidos.

Promotor vê tendência com cautela

Como a reforma política e partidária se transformou num "puxadinho" para a acomodação de interesses, o promotor José Carlos Castro, do Fórum de Combate à Corrupção (Fococo) acredita na continuidade dos casos de corrupção.

De acordo com sua experiência de trabalho, a proliferação de siglas atende a uma única necessidade: "os acordos que acabam em negociações. Não acredito que tenhamos 30 ou mais ideologias. Isso é algo inexplicável", disse José Carlos.

Mesmo sem se considerar um especialista no assunto, mas com a experiência de quem acompanha investigações e a repercussão, lamenta que atualmente o cidadão comum não foi capaz de garantir uma reforma política que garantisse a eficácia do processo político, sem tirar a representatividade.

Por esta razão, acredita que a missão está posta para a sociedade civil organizada e para a imprensa, que deve constantemente provocar discussões esclarecedoras que sirvam para apontar saídas possíveis, independente do interesse de um ou outro partido.

Para o promotor, há de

se ter uma pauta comum de interesse do bem comum, que privilegie o resultado trilhado por um caminho ético. "Mas infelizmente os cidadãos, atualmente, não têm um nível de organização e compreensão para garantir a pressão necessária", concluiu José Carlos. MR